

A DIREITA QUE FLUTUA

O VOTO CONSERVADOR NA ELEIÇÃO DE 1990 EM SÃO PAULO

*Nossa cabeça é redonda
pra permitir ao pensamento
mudar de direção.*

(Francis Picabia, 1924)

Antônio Flávio Pierucci
Marcelo Coutinho de Lima

Os resultados das urnas de 1990 em São Paulo, no interior, na capital ou no total do estado, podem ser analisados de diversos pontos de vista. Um deles poderia ser, por exemplo, a consideração mais detida das razões e dos modos (para não falar dos tempos) nos quais pela segunda vez se praticou o voto em dois turnos. O próprio governador eleito reconheceu pública e enfaticamente que a vitória do PMDB deveu-se em boa medida à aliança espontânea dos eleitores de esquerda e centro-esquerda no segundo turno. A eleição de 1990 oferece assim boa oportunidade de observação e análise desse mecanismo espontâneo de coligação partidária *desde abaixo*, essa quase irresistível bússola ideológica que a mecânica do jogo eleitoral em dois turnos pode fazer operar e que, este ano em São Paulo, funcionou à revelia das desrazões das direções partidárias do PT e do PSDB. Seus eleitores fizeram, numa espécie de disciplina republicana, a crítica prática da disciplina partidária.

Outro aspecto que mereceria atenção: esta é a segunda vez que o resultado do interior se mostra decisivo para que o PMDB continue à frente do Palácio dos Bandeirantes por mais quatro anos. Se na reta final do segundo turno foi o voto dos socialistas e social-democratas, petistas e tucanos, que garantiu a apertada vitória do candidato do PMDB, Luiz Antônio Fleury Filho — com apenas 3% de vantagem sobre o adversário —, o chamado *basic vote* do PMDB quercista reafirmou-se em 1990 como vastamente interiorano.

O ângulo de observação mais apropriado para o caso da *capital*, no entanto, parece ser o que focaliza o eleitorado que nela mais cresceu relativamente à última eleição. Deste ângulo pode-se espreitar muita coisa se movendo, muita coisa sólida se volatilizando, ou, se líquida, evaporando. Ele permite avaliar a densidade de um certo estado de espírito e de uma certa sensibilidade "política" que passaram a vigorar nesta cidade e que nada garante sejam apenas conjunturais. Paulo Maluf, o candidato *omni-*

bus forjado por competentes estrategistas de *marketing* eleitoral ("eu mudei!"), o maior beneficiário desse clima cultural neoconservador de elasticíssima boa vontade com as direitas ("por que não?", "o que há de errado nisso?"), citou por diversas vezes nesta campanha, de modo confiante, aquela condensação verbal do fatalismo árabe que todo menino leitor de Malba Tahan conhece: *Maktub*, "estava escrito". Abertas as urnas do segundo turno, estava escrito que, mais uma vez, não seria ele o eleito. Por outro lado, um primeiro exame da sequência de suas votações nos últimos cinco anos levanta a seguinte suspeita: *também não está escrito* que o crescimento do eleitorado conservador na cidade de São Paulo seja um fenômeno passageiro, um surto apenas.

Pôr em observação o voto malufista de 1990 oferece um triplo interesse para a sociologia eleitoral. Antes de mais nada, trata-se de um eleitorado que cresceu. E não foi pouco, cresceu muito. E isto já no primeiro turno, quando por definição a estrutura de oferta de candidatos e partidos é mais elástica. Em segundo lugar, é um eleitorado que subiu na escala social à medida que cresceu. Este é talvez o dado mais sério de toda essa história, pois aponta no sentido de uma dessolidarização aguda das várias camadas médias em relação aos setores populares, de um desinteresse — agora desrecalcado — em relação às necessidades, demandas, interesses e "*issues*" próprios das classes trabalhadoras pobres e das correntes trabalhistas e socialistas. Tudo se passa como se todo tipo de ideologia redistributivista e toda interpelação à solidariedade com os mais fracos e materialmente mais necessitados, toda generosidade ideológica enfim, não tivessem mais cabimento hoje em dia. E, em terceiro lugar, esta expansão paulistana do voto conservador, expansão que é de fato uma escalada sociológica em direção às camadas de classe média mais aburguesadas, vale dizer, mais endinheiradas e mais escolarizadas, está a apontar para o fenômeno — novo por sua amplitude demográfica, por sua localização sociológica entre os eleitores mais informados e interessados em política, bem como pela extensão das distâncias ideológicas percorridas em curtíssimo lapso de tempo — do eleitor volátil.

Dos três aspectos que procuraremos desenvolver e demonstrar neste artigo, o segundo vem atravessado de um certo pasmo. Ainda não há repouso aí. É nele, por isto, que vamos, em atenção ao leitor, nos deter mais paciente e detalhadamente, é nele que vamos jogar mais informações, concentrando aí as tabelas que, infelizmente por questão de espaço, tivemos de selecionar.

Um eleitorado que cresce

Até que enfim. Em sua já longa carreira de candidato perdedor, a votação de 3 de outubro de 1990, primeiro turno da eleição para o governo do Estado de São Paulo, deu o primeiro lugar a Paulo Salim Maluf, do

PDS. No leque de oferta de nomes desse ano em São Paulo, o mais votado pelos paulistas no primeiro turno e pelos paulistanos no primeiro e no segundo turnos foi o candidato mais reconhecidamente à direita por seu passado político, quer devido às suas propostas de governo nas campanhas eleitorais anteriores (Pierucci, 1987), que giraram em torno da marca registrada da nova direita mundial — a questão da segurança —, quer devido a seu currículo de político biônico gestado pelo antigo regime militar e identificado com suas sombras, e ossadas.

A vitória de Paulo Maluf no estado como um todo foi de 34,3% dos votos no primeiro turno, contra 22,2% dados ao segundo colocado, Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), 23,3% para os outros candidatos e 21,2% de brancos e nulos. Os números do primeiro turno relativos apenas à capital foram ainda mais sorridentes para Maluf: 37,9% contra 17,8% para o segundo colocado (que na capital foi Mário Covas, PSDB), 16,5% para Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), 10,1% para o candidato do PT, Plínio de Arruda Sampaio, e 16,9% de brancos e nulos. Maluf conseguiu no Município de São Paulo a enorme vantagem de vinte pontos percentuais sobre o segundo colocado, quase que a mesma e larga diferença em relação à sua própria *performance* nas urnas da capital na eleição de 1986, quando concorreu para o mesmo cargo de governador do estado, disputando pela primeira vez no voto direto a escolha para um cargo executivo. Naquele ano o favorito do eleitorado da capital foi o superempresário Antônio Ermírio de Moraes, que concorria pelo PTB. Paulo Maluf teve então uma votação muito menor do que esperava a maioria dos observadores, os quais, não custa lembrar, durante a campanha de 1986 andavam muito descrentes das pesquisas de intenção de voto. Em 1986 Maluf beirou mas não atingiu a marca de um quinto das escolhas: com 19,4% dos votos da capital classificou-se em terceiro lugar, posição em que aparecia nas pesquisas desde meados de outubro (tendo chegado a ocupar o primeiro posto por dois meses, junho e julho).

Comparado apenas a si mesmo, portanto, na disputa para o mesmo cargo, numa distância de quatro anos, o eleitorado malufista na cidade de São Paulo praticamente dobrou de tamanho (ver *Figura 1*). Sem falar no segundo turno, que lhe assegurou uma vantagem de quase sete pontos percentuais sobre seu concorrente do PMDB (45,9% contra 39,3% respectivamente). Os números a favor de Maluf nesta cidade são hoje muito expressivos, realmente.

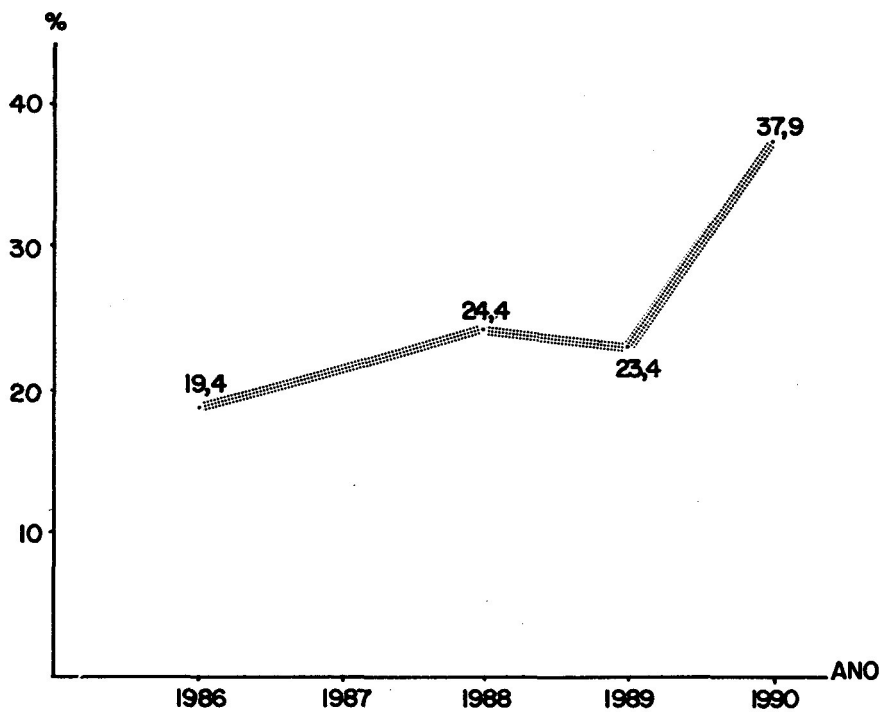


Figura 1 — Votações de Paulo Maluf na capital (em % sobre o total de votos)

Bem mais de um terço do eleitorado da capital foram os eleitores que já no primeiro turno de 1990 queriam Paulo Maluf para governar o Estado de São Paulo, garantindo-lhe pela primeira vez, em sua persistente carreira de candidato perdedor a cargos executivos (a governador do estado em 1986, a prefeito da capital em 1988, a presidente da República em 1989), se não o cargo que pleiteava, ao menos o primeiro lugar nas urnas da capital nos dois turnos. Todos se lembram do trocadilho de Lula, o candidato petista a presidente da República em 1989, num debate entre os concorrentes daquele pleito, ironizando a insistência com que Maluf falava em competência: "é que o Maluf compete, compete, e não ganha nunca". Se isto foi verdade mais uma vez em 1990, não é verdade por outro lado que estamos diante de uma trajetória eleitoral descendente. De maneira alguma.

Mesmo quando perdedor, Maluf tem-se mostrado um líder político com um *basic vote* numericamente significativo na capital. São bases estabilizadas no tempo e muito bem recortadas no mapa, as quais lhe têm conferido até agora, se não a vitória, seguramente a estatura de um forte competidor. E de fato, em todas as campanhas há sempre um momento em que ele consegue permanecer alguns meses em primeiro lugar nas pesquisas. Em todas elas Maluf consegue, num momento ou noutro, representar uma ameaça real para seus concorrentes, provocando calafrios na vasta parcela de eleitores que o rejeitam, desde 1986. Quem não se lembra, por exemplo, da eleição para a prefeitura de São Paulo em 1988, a última realizada na sistemática de um turno só, quando Maluf esteve em primeiro lugar nas pesquisas até o penúltimo dia, momento em que a candidata do PT, Luiza Erundina, passou a atrair milhares de eleitores de última hora em toda a cidade e conseguiu, na reta final, arrebatá-la uma vitória que já era de Maluf?

Mesmo derrotado na hora H, Maluf e seus partidários puderam constatar que seu cacife eleitoral na cidade de São Paulo havia crescido. Relativamente a 1986, quando seu percentual de votos na capital não atingira um quinto do total de votantes (19,4%), Maluf avançou em 1988 mais cinco pontos percentuais, raspando a marca de um quarto dos eleitores da cidade, 24,4% contra os 29,8% que entregaram o governo municipal à nordestina Luiza Erundina do Partido dos Trabalhadores. Foi a primeira mensuração censitária do crescimento de seu eleitorado, no que se respaldaria sua postulação à presidência da República no ano seguinte.

Entre a eleição para prefeito de São Paulo em 1988 e as presidenciais de 1989, o eleitorado malufista no município não aumentou de tamanho, ao contrário, chegou a cair um ponto percentual. Mas esta pequena queda, que se deveu em grande parte à existência de mais dois candidatos correndo pela direita, Afif Domingos (do PL e, além disso, malufista histórico) e Fernando Collor (do PRN que, nada-nada, abocanhara já no primeiro turno 17% do eleitorado da capital), pode ser considerada agora oscilação insignificante. Não esquecer que no primeiro turno das eleições presidenciais de 1989 Paulo Maluf foi o segundo mais votado na cidade de São Paulo (23,4%), só perdendo para o tucano Mário Covas, o preferido dos paulistanos em 1989, que saiu das urnas locais com 31,9% dos votos.

Mas foi na campanha eleitoral de 1990 que se acelerou a tendência de crescimento da aceitação do nome de Maluf, sempre melhor na capital do que no interior. E o mais curioso é que desde o início desta campanha Maluf saiu muito à frente dos outros competidores. Sempre em torno dos 40% das intenções de voto, aí permaneceu até o final do primeiro turno, quando registrou, na apuração da capital, uma votação de 37,9%. Foi um crescimento considerável em relação ao ano anterior, de nada mais nada menos que 14,5 pontos percentuais no total do município. Ora, é evidente que um aumento desse porte no cacife eleitoral de um político ou partido não se dá sem que seu eleitorado também se espalhe pelo território,

no caso, sem que a mancha malufista se espraie pelo mapa da cidade alcançando novos arraiais, incorporando novos bairros nesse movimento de expansão de bases eleitorais.

É o que pretendemos dissecar no próximo segmento. Convém desde logo deixar explicitado que, na gama de fatores capazes de explicar um crescimento como este, que aponta no sentido de uma mudança considerável de escolhas eleitorais, a tradição francesa de sociologia eleitoral já demonstrou que alguns fatores vêm mais facilmente à tona quando se procede a uma análise da distribuição do voto no espaço geográfico em perspectiva comparada no tempo. A geografia do voto ao longo de uma série de eleições tem o grande condão de funcionar como um abridor de portas ou canais explicativos, perfurador de veios interpretativos.

A geografia do conservadorismo

Desde a primeira eleição pluripartidária de 1982, para não recuar demais no tempo, graças aos trabalhos de Bolivar Lamounier e Maria Tereza Sadek de Souza ficamos sabendo que o voto conservador representado pelo janismo pós-64 tinha uma localização geográfica muito precisa no espaço da metrópole paulistana. Em artigo publicado no hoje desativado *Folhetim* e estampando no título a idéia de geografia do voto, Lamounier foi o primeiro a atentar para esta valiosa pista de decifração sociológica dos votos dados em São Paulo a uma velha liderança que muitos julgavam politicamente liquidada e que em 1982 fazia sua *rentrée* na cena eleitoral sem muito alarde (Lamounier, 1983). Os votos de Jânio Quadros em 1982 apresentaram seus percentuais mais altos nas "áreas médias", nas quais se localizavam os bairros tradicionais do janismo. Os quais, ficaríamos sabendo depois através de um artigo de 1986 de Maria Tereza Sadek de Souza, eram, numa surpreendente permanência e lealdade, os mesmos desde os anos 50 (Souza, 1986). As mais altas votações de Jânio Quadros em 1953 ocorreram na zona Norte, nos distritos eleitorais de Vila Maria, Vila Guilherme e Tucuruvi, e na zona Leste, nos distritos da Moóca, Alto da Moóca, Belém, Tatuapé e Vila Prudente. O lado Sul e o lado Oeste da cidade ficavam fora disso. Esse padrão geográfico se repetiria até 1962 e, vinte anos de militarismo-com-bipartidarismo depois, voltaria a se revelar praticamente intacto. Um hábito entranhado. Às vezes somos tentados a concluir que as forças políticas de direita em São Paulo tiveram muita sorte em se re-apresentar e se representar, já na primeira eleição pluripartidária do Brasil da "distensão" golberiana, mediante a figura carismática e veterana de um político de eleitorado básico tão fiel como Jânio Quadros.

Graças a essas bases logísticas estrategicamente situadas na classe média baixa (Pierucci, 1986), Jânio Quadros se elegeu prefeito de São Paulo em 1985, solapando desde então o terreno do PMDB na capital, comendo esse mingau não pelas bordas mas pelo meio, e alijando-o cada

vez mais para o interior do estado, onde se encontra encantado até hoje. Em 1982 o PMDB conseguiu com Franco Montoro a maioria dos votos da capital (42,1 %); começou a ser passado pra trás em 1985, com Fernando Henrique Cardoso, que alcançou pouco mais de um terço do eleitorado (34,2%) e perdeu a prefeitura para o candidato único da direita, Jânio Quadros; em 1986, o candidato a governador Orestes Quércia, que acabou eleito pelo interior, teve que encarar diminuição ainda maior da aceitação eleitoral do PMDB na capital, conseguindo pouco mais de um quarto dos votos (26,6%); em 1988, continuando a descida da ladeira, João Leiva ficou com apenas 14,2%, mais ou menos o mesmo patamar que Luiz Antônio Fleury Filho alcançou no primeiro turno de 1990: 16,5%. Olhando do ângulo peemedebista, portanto, os eleitores da capital estão o tempo todo "saindo", como diria Albert Hirschman, escolhendo a porta de saída (exit) desde 1982 (Hirschman, 1973). O contrário vem ocorrendo com o malufismo: suas bases eleitorais na capital não só parecem "não sair", como cada vez chega mais gente. Resta saber se esses que estão chegando vieram para ficar ou se estão apenas de passagem.

O eleitorado malufista na cidade de São Paulo não apenas cresce de modo constante ao longo das eleições de 86, 88, 89 e 90 (Figura 1), como também altera sua composição social. E o mais característico neste processo de expansão e complexificação de bases eleitorais é que o malufismo caminha não tanto para os bairros mais pobres e periféricos quanto em direção aos mais ricos. É um eleitorado que, à medida que cresce, "sobe na vida". Para demonstrar este ponto, vamos nos valer da distribuição dos resultados oficiais das sucessivas eleições pela divisão do Município de São Paulo em Áreas Homogêneas (AH)¹ e indicar também, quando necessário, sua posição no mapa relativamente aos pontos cardeais.

Para o caso do Município de São Paulo, desenhar com precisão a geografia do voto era tarefa mais fácil até a eleição de 1986. Até aquela data o Tribunal Regional Eleitoral divulgava os resultados das urnas por distrito eleitoral. A partir de 1988, os dados disponíveis ao público passaram a ser agregados apenas por zona eleitoral. Ora, a informação por distrito eleitoral era uma informação mais fina, na medida em que é uma unidade bem menor e sociologicamente mais bem recortada que a zona eleitoral, cujas medidas amplas impedem um manuseio condizente com as fronteiras dos distritos e subdistritos administrativos, a partir dos quais foram construídas as Áreas Homogêneas. Não obstante, para garantir a comparabilidade dos dados de 1986 a 90, foi possível compatibilizar a informação eleitoral com a divisão por Área Homogênea usando apenas os resultados daquelas zonas eleitorais que se encaixam perfeitamente nos limites de cada Área Homogênea. Foi possível conseguir tranquilamente três ou mais zonas eleitorais cabíveis dentro das AH 1, 4 e 5, sendo que as AH 2 e 3 foram fundidas a fim de se ajustarem ao mesmo escopo comparativo. Isto resultou na seguinte relação: AH 1, zonas eleitorais do Jardim Paulista, Pinheiros e Indianópolis; AH 2/3, zonas eleitorais de Santa Ifigênia, Moóca, Tatuapé, Vila Prudente e Ipiranga; AH 4, zonas eleitorais do Tu-

(1) Os estudos sobre as eleições na década de 70, realizados por Bolívar Lamounier, foram pioneiros no uso deste instrumental elaborado pela Secretaria de Economia e Planejamento de São Paulo e publicado em 1977. Trata-se de uma estratificação de contextos sociais por padrão de vida, construída a partir das seguintes variáveis: renda familiar, saneamento básico, densidade demográfica, crescimento populacional, uso residencial do solo urbano e mortalidade proporcional. Essas áreas foram numeradas de 1 (área homogênea mais rica, bem equipada e privilegiada) a 8 (área homogênea mais pobre, carente de equipamentos e condições de vida). Posteriormente, o DataFolha reagrupou-as em cinco AHs, reconstruídas a partir dos dados censais e observações locais.

curuvi, Ermelino Matarazzo e Vila Formosa; AH 5, zonas eleitorais de São Miguel Paulista, Itaquera, Capela do Socorro, Itaim Paulista e Guaianases. Escusado dizer que este é um recurso provisório, embora se tenha demonstrado utilíssimo e com resultados bastante satisfatórios para os objetivos deste artigo.

Na eleição para governador do estado em 1986, a votação mais alta de Paulo Maluf ocorria na AH 2 da zona Leste, a saber, nos subdistritos administrativos da Moóca e do Belenzinho, e seu segundo melhor desempenho se dava na AH 3 da Zona Leste, que engloba os subdistritos do Tatuapé, Alto da Moóca, Penha de França e Vila Prudente. Em 1986, a mancha malufista mais intensa no mapa da cidade restringia-se praticamente à parte mais próxima e mais central da zona Leste, sem avançar para as periferias mais distantes, e sua presença na zona Norte era menos espalhada que a de Jânio em 1985 (Pierucci, 1989). Fazendo o percurso de Norte a Sudeste, obtém-se a seguinte lista dos subdistritos administrativos onde se concentrou em 1986 o voto malufista: Vila Guilherme, Vila Maria, Pari, Brás, Belenzinho, Moóca, Alto da Moóca, Tatuapé, Vila Matilde e Vila Prudente. Tanto Jânio quanto Maluf encontraram dificuldade em expandir suas bases de voto nas periferias mais afastadas, mais pobres e menos equipadas de infra-estrutura urbana. Resistência simétrica à que encontravam nos bairros mais ricos e no eleitorado mais escolarizado (Pierucci, 1986 e 1989).

Permanências e deslizamentos

Vejam agora a Tabela 1, referente ao primeiro turno de 1990. Para onde apontam os nomes das zonas eleitorais de maior votação malufista? Em primeiro lugar, como era de esperar, apontam para a parte mais central da zona Leste e da zona Norte, exatamente como em 1986. Isto indica que ainda é nesta região da cidade que as forças políticas conservadoras mantêm seus mananciais de voto. Entre as zonas eleitorais de mais alta votação malufista no primeiro turno de 1990 comparecem os nomes da Moóca (49,0% dos votos em Maluf!), Tatuapé (45,6%), Penha (42,2%), Vila Formosa (42,1 %) e Vila Prudente (40,1 %), do lado Leste; e, do lado Norte, os nomes da Vila Maria (44,1%), Santana (42,2%) e Casa Verde (40,1%). Como se vê, a lealdade aí é impressionante.

Tabela 1 — Eleição de 1990. Resultados do primeiro turno da eleição para governador do Estado de São Paulo por zona eleitoral do município da Capital (em %)

Zona Eleitoral	Maluf	Covas	Fleury	Plínio	Br. + Nul.	Total*
Moóca	49,0	14,9	13,5	8,6	13,2	100,0
Jardim Paulista	47,6	17,7	18,0	6,6	9,4	100,0
Indianópolis	46,1	18,8	17,2	6,8	10,4	100,0
Tatuapé	45,6	16,5	14,0	9,4	13,9	100,0
Vila Maria	44,1	14,2	15,8	8,0	17,2	100,0
Santa Ifigênia	43,6	14,5	16,8	8,4	15,8	100,0
Santo Amaro	43,6	17,4	15,7	9,0	13,7	100,0
Vila Mariana	43,0	20,2	16,9	8,8	10,5	100,0
Lapa	42,6	17,3	15,9	10,0	13,4	100,0
Perdizes	42,5	19,1	17,1	9,5	11,0	100,0
Santana	42,2	18,6	16,0	8,9	13,5	100,0
Penha de França	42,2	18,4	14,5	9,8	14,4	100,0
Vila Formosa	42,1	16,3	15,4	9,8	15,8	100,0
Pinheiros	41,2	22,4	17,1	10,0	8,6	100,0
Ipiranga	40,2	15,7	15,7	11,3	16,3	100,0
Vila Prudente	40,1	15,3	15,1	12,6	16,1	100,0
Casa Verde	40,1	18,5	15,3	9,1	16,2	100,0
Bela Vista	40,0	18,9	16,9	10,2	13,3	100,0
Tucuruvi	39,5	17,9	17,6	8,9	15,2	100,0
Vila Matilde	38,9	19,0	15,5	9,9	15,9	100,0
Jaçanã	38,7	17,2	17,6	9,3	16,3	100,0
Saúde	38,2	20,4	16,0	10,9	13,8	100,0
Jabaquara	37,5	18,9	16,2	10,3	16,2	100,0
Butantã	38,0	19,5	17,0	10,0	14,8	100,0
Nossa Senhora do Ó	35,0	18,8	15,5	10,1	19,7	100,0
Pirituba	34,7	17,3	16,2	11,0	20,1	100,0
Ermelino Matarazzo	33,5	19,6	17,0	10,6	18,5	100,0
Cidade Ademar	33,0	15,4	17,8	10,4	22,5	100,0
Capela do Socorro	32,5	16,5	16,5	10,4	23,2	100,0
Guaianases	32,4	18,6	16,9	10,0	21,3	100,0
Sapopemba	30,9	14,9	16,6	16,0	20,9	100,0
Itaquera	30,7	18,3	16,3	13,7	20,1	100,0
Campo Limpo	30,1	17,1	18,3	10,0	23,8	100,0
S. Miguel Paulista	28,9	19,1	19,2	10,2	21,8	100,0
Itaim Paulista	24,4	20,8	20,4	9,4	24,2	100,0
Total da Capital	37,9	17,8	16,5	10,1	16,9	100,0

(*) A porcentagem de votos em outros candidatos completa 100%.

Fonte: Prodam, totalização de 98,3% dos votos, in *Folha de S. Paulo*, 13.10.90.

Mas o que a muitos parecerá mais surpreendente em 1990 é que a segunda zona eleitoral de maior votação malufista no primeiro turno foi a do Jardim Paulista (47,6%), que inclui bairros como Jardim Paulista, Jardim Europa, Vila Olímpia, Cerqueira César etc.; e o terceiro lugar coube à zona eleitoral de Indianópolis (46,1 %), que inclui os bairros de Indianópolis, Ibirapuera, Moema, Morumbi, Real Parque, Campo Belo etc., regiões elegantes de classe alta e classe média alta. São dados que apontam claramente no sentido de uma expansão socialmente ascendente do voto malufista.

O segundo turno de 1990 viria confirmar esta tendência ascensionnal do voto malufista. A *Tabela 2* mostra que, juntamente com Moóca, Tatuapé e Vila Maria, novamente aparecem Jardim Paulista e Indianópolis

como zonas eleitorais onde Paulo Maluf obtém seus mais altos percentuais. Maluf ganhou em 28 das 35 zonas eleitorais da cidade. Suas derrotas nas sete zonas eleitorais mais pobres e periféricas (Cidade Ademar, Capela do Socorro, Itaquera, Sapopemba, Campo Limpo, São Miguel Paulista e Itaim Paulista) possibilitam, por efeito de contraste, confirmar sua maior facilidade de penetração nas camadas mais endinheiradas. Aliás, esta parece ser uma fraqueza crônica, característica do malufismo na cidade de São Paulo: encontrar sempre maior resistência na periferia, ao contrário do que historicamente tem ocorrido com o (P)MDB desde os anos 70, de modo mais generalizado, e com o PT desde 1982, este de modo mais localizado.

Tabela 2 — Eleição de 1990. Resultados do segundo turno da eleição para governador do Estado de São Paulo por zona eleitoral do Município de São Paulo (em %).

Zona Eleitoral	Maluf	Fleury	Br. + Nul.	Total
Moóca	56,6	31,2	12,2	100,0
Tatuapé	53,8	32,2	14,0	100,0
Jardim Paulista	53,2	36,3	10,5	100,0
Indianópolis	52,5	36,2	11,3	100,0
Vila Maria	52,0	34,0	14,0	100,0
Santa Ifigênia	51,2	36,1	12,7	100,0
Santo Amaro	51,0	35,8	13,2	100,0
Penha de França	50,8	34,0	15,2	100,0
Vila Formosa	50,5	34,6	14,9	100,0
Santana	50,5	35,7	13,8	100,0
Vila Mariana	49,8	38,0	12,2	100,0
Lapa	49,6	35,7	14,7	100,0
Perdizes	49,2	38,3	12,5	100,0
Casa Verde	48,6	36,4	15,0	100,0
Vila Prudente	47,9	36,5	15,6	100,0
Ipiranga	47,9	38,0	14,1	100,0
Tucuruvi	47,7	38,3	14,0	100,0
Pinheiros	47,6	40,4	12,0	100,0
Bela Vista	47,5	39,1	13,4	100,0
Vila Matilde	47,5	37,0	15,5	100,0
Jaçanã	47,3	37,7	15,0	100,0
Saúde	45,8	39,9	14,3	100,0
Butantã	45,8	40,3	13,9	100,0
Jabaquara	45,5	39,8	14,7	100,0
Nossa Senhora do Ó	44,4	39,1	16,5	100,0
Pirituba	42,6	39,6	17,8	100,0
Ermelino Matarazzo	41,9	41,7	16,4	100,0
Guaianases	41,8	41,7	16,5	100,0
Cidade Ademar	41,4	42,9	15,7	100,0
Capela do Socorro	41,1	42,4	16,5	100,0
Itaquera	39,8	43,3	16,9	100,0
Sapopemba	39,3	43,6	17,1	100,0
Campo Limpo	38,1	45,9	16,0	100,0
S. Miguel Paulista	37,8	46,1	16,1	100,0
Itaim Paulista	33,2	49,8	17,0	100,0
Total da Capital	45,9	39,3	14,8	100,0

Fonte: Prodam, totalização de 99,5% das urnas.

O voto majoritariamente janista ou malufista era apanágio dos bairros intermediários das zonas Norte e Leste, de eleitores de renda média

e pouca escolaridade, tipicamente de classe média baixa. Hoje, ao raiar da década de 90, Maluf aparece como favorito dos bairros ricos das zonas Sul e Oeste, dos setores de renda mais alta e maior instrução, moradores da parte *in* da capital. Veja-se a *Tabela 3*, referente ao primeiro turno de 1990, onde as zonas eleitorais aparecem agregadas por Áreas Homogêneas. O percentual de Maluf na AH 1 é superior ao das AH 2/3, onde estão localizados os redutos históricos do voto conservador: 45,3% contra 43,7%, respectivamente. É bem verdade que na *Tabela 4* esta precedência dos bairros ricos sobre as áreas médias se oblitera e as taxas praticamente se igualam: no segundo turno, 51,4% dos votantes dos bairros ricos (AH 1) e 51,6% das áreas intermediárias (AH 2/3) queriam Maluf governador do Estado de São Paulo. Vale notar que, sendo porcentagens sobre o total de votantes e não apenas sobre os votos válidos, literalmente um em cada dois eleitores desses bairros mais ricos "malufou".

Tabela 3 — Eleição de 1990. Resultados do primeiro turno da eleição para governador do Estado de São Paulo por Áreas Homogêneas do Município de São Paulo (em %).

Área Homogênea	Maluf	Covas	Fleury	Plínio
AH1	45,3	19,4	17,5	7,6
AH 2/3	43,7	15,5	14,8	10,2
AH 4	36,9	18,5	16,9	9,9
AH 5	30,6	18,2	17,4	11,0
Total da Capital	37,9	17,8	16,5	10,1

Fonte: Prodam, totalização de 98,3% dos votos, in *Folha de S. Paulo*, 13.10.90.

Tabela 4 — Eleição de 1990. Resultados do segundo turno da eleição para governador do Estado de São Paulo por Áreas Homogêneas do Município de São Paulo (em %).

Área Homogênea	Maluf	Fleury	Br. + Nul.
AH1	51,4	37,3	11,3
AH 2/3	51,6	34,6	13,8
AH 4	45,2	39,3	15,5
AH 5	39,5	43,9	16,6
Total da Capital	45,9	39,3	14,8

Fonte: Prodam, totalização de 99,5% das urnas.

Em ambas as tabelas pode-se ver, bem desenhada e constante, a curva do voto malufista na capital, que decresce sistematicamente à medida que se vai dos bairros ricos para os mais pobres e periféricos (da AH 1 à 5). Não era assim (cf. Pierucci, 1989). Mudou, e esta mudança foi no topo da escala social. Dar conta das razões desta mudança não é um desafio fácil de enfrentar. Conseguir iluminar um pouco o terreno e assim contribuir para a descoberta dessas razões faz parte das motivações deste artigo.

Por que o eleitorado dessas zonas, que já votou maciçamente em nomes como Fernando Henrique Cardoso, Antônio Ermírio de Moraes e Mário Covas, agora consagra alguém saído das sombras do regime militar?

A gênese do neomalufismo

É na eleição de 1988 que nós vamos encontrar as primeiras pistas importantes para explicar o crescimento do voto malufista nas camadas mais abastadas da população paulistana. É sabido que a surpreendente vitória de Luiza Erundina (PT) ocorreu graças a uma ponderável migração de votos de outros candidatos — principalmente José Serra (PSDB) e João Leiva (PMDB) — acompanhada da adesão daqueles que sempre se decidem no último momento: os mais pobres, menos escolarizados e do sexo feminino (Pierucci e Prandi, 1989). A virada petista se deu literalmente na boca da urna. Pesquisa realizada pelo DataFolha em 19 de novembro, quatro dias depois da eleição, mostra que 25% dos votos de Erundina vieram de eleitores que se decidiram por ela no próprio dia 15 (*Folha de São Paulo*, 01.12.1988, p. A-8).

Mas esta virada pró-Erundina não aconteceu de modo igual pela cidade, nem foi somente o voto petista que se expandiu na última hora. O malufista também. Duas outras pesquisas do DataFolha permitem quase fotografar este momento final e captar a sofreguidão decisória que o marcou: a última pesquisa domiciliar de intenção de voto, feita no dia 12 de novembro, e a pesquisa de boca de urna do dia 15. Apenas três dias separaram uma da outra, justamente os três dias fatais que selaram a sorte de Maluf e Erundina, representantes bem nítidos, inequívocos, da direita e

Tabela 5 — Eleição de 1988. Migração de votos nos três últimos dias da campanha para a prefeitura de São Paulo, por Áreas Homogêneas (em %).

Candidatos/ Partidos	Total da Capital		AH 1		AH2		AH3		AH4		AH 5	
	A*	B**	A*	B**	A*	B**	A*	B**	A*	B**	A*	B**
Erundina (PT)	20	30	17	26	19	28	21	30	20	32	22	30
Maluf (PDS)	26	26	26	36	22	27	28	29	27	24	25	20
Leiva (PMDB)	16	16	12	11	22	14	12	13	19	17	21	21
Serra (PSDB)	9	5	16	7	3	3	10	6	6	4	7	5
Mellão (PL)	7	5	11	9	10	9	7	6	6	4	4	3
Outros	2	2	2	1		3	2	2	2	2	2	3
Nenhum/ Não sabe	20	-	16	-	25	-	20	-	20	-	20	-
Br. + Nul.	-	15	-	11	-	16	-	14	-	17	-	18

Fonte: (*) Última prévia domiciliar feita pelo DataFolha, em 12.11.88. (**) Pesquisa de boca de urna feita pelo DataFolha, em 15.11.88.

da esquerda. Ambas as pesquisas oferecem a possibilidade de cruzamento dos dados por Áreas Homogêneas (ver *Tabela 5*). E o que aflora deste cruzamento?

Maluf mantém nesses três dias um total geral inalterado na marca dos 26%, porém no interior de cada Área Homogênea o tamanho de seu eleitorado se altera sensivelmente. Na AH 1, a mais rica, ele salta de 26% para 36% (10 pontos a mais) e sobe de 22% para 27% na AH 2, que engloba os bairros do Centro Velho (mais 5 pontos). Permanece estável na AH 3, solo de predileção do voto direitista. E a partir daí, caminhando em direção aos bairros da periferia, começa a perder votos: perde 3% do eleitorado da AH 4, caindo de 27% para 24%, e 5% do eleitorado da AH 5, descendo de 25% para 20%. Aliás, nas duas Áreas Homogêneas mais pobres, todos os concorrentes perdem votos para Erundina nos instantes finais da decisão, menos o PMDB de Quércia, que na AH 5 se mantém com 21%, sua taxa mais alta em toda a cidade na eleição de 1988. Mas, para o nosso argumento, o importante a reter é que, no momento em que a disputa já se encontrava bipolarizada ideologicamente nos extremos do leque partidário — e isto era em si mesmo um fato novo na história eleitoral de São Paulo — e os ventos dessa feita pareciam soprar para a extrema esquerda, o voto útil visando a inchar o cacife do candidato da direita veio das zonas mais ricas da cidade.

De fato, conforme revela a *Tabela 6*, os dados oficiais da eleição de 1988 comprovaram, pela primeira vez depois da volta do pluripartidarismo, que havia uma reserva de apoio as forças conservadoras estocada fora do *basic vote* tradicional do conservadorismo. Dependendo dos fatores em jogo, da elasticidade da oferta e da intensidade da competição num final de campanha, o pico eleitoral da direita podia muito bem se deslocar das áreas médias para os bairros burgueses. Assim, em sua primeira manifestação, o voto neomalufista foi um voto estratégico para impedir a vitória petista que, da penúltima hora até o último minuto, mostrou-se mais que provável, iminente. Foi nesse clima — que, se não era de pânico classista, era de susto e preconceito — que um grande número de eleitores dos bairros mais ricos correu para tentar eleger Paulo Maluf.

Tabela 6 — Eleição de 1988. Resultados da eleição para prefeito do Município de São Paulo por Áreas Homogêneas (em %).

Área Homogênea	Erundina	Maluf	Leiva	Serra	Mellão
AH 1	23,1	35,5	9,6	10,3	8,9
AH 2/3	28,6	29,2	11,7	5,4	6,3
AH 4	31,1	22,1	15,6	4,7	5,0
AH 5	31,4	17,5	18,6	3,9	2,9
Total da Capital	29,8	24,5	14,2	5,6	5,4

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

No geral da cidade, Maluf obteve 24,5%. Votação maior que esta média ele conseguiria somente nas AH 2/3 (29,2%), mas principalmente na AH 1 (35,5%), deixando assim claramente indicado que seu voto, ao se expandir, tende a encontrar acolhida mais imediata nas classes mais favorecidas. É importante enfatizar este ponto com base nos resultados de 1988 porquanto a expansão do eleitorado malufista em 1990, tendo-se dado em proporções consideráveis por toda a cidade, oferece uma resposta menos específica à pergunta sobre a direção social e o sentido político desse crescimento. Em 1988, em compensação, as pesquisas deixaram bem claro que o voto "emergencial" na direita, ante uma esquerda pela primeira vez eleitoralmente viável, aconteceu nos bairros mais ricos das zonas Centro, Sul e Oeste. E, ao mesmo tempo que isto ocorria, por todos os lados da periferia eleitores abandonavam seus candidatos e suas dúvidas, engrossando o coro petista que, *pianíssimo*, passava cantando de boca em boca: "o povo na surdina/ elege a Erundina". Para os mais ricos, era como se soassem as trombetas do Apocalipse.

Esta súbita flutuação de votos assustados provenientes dos bairros mais ricos, embora em volume insuficiente para conduzir Paulo Maluf ao governo municipal em 1988, aos olhos dos observadores interessados foi mais que suficiente para deixar vir à tona uma virtualidade algo desconcertante desse eleitorado de classe média alta que, em anos recentes, havia sustentado candidaturas progressistas: a de sentir-se convocado a votar na direita quando o temor lhe avoca a razão. Com efeito, na tarde do dia 15 de novembro de 1988, estava dado o passo. Foi um passo conjuntural, de última hora, dado no susto. Mas o passo foi dado, e não está dito que um passo movido pelo temor seja desprovido de racionalidade, pelo contrário.

The trumpets shall sound, again

Na medida em que, além dos componentes fidelidade e afinidade, o voto conservador na cidade de São Paulo passava claramente a incorporar um componente estratégico visando à derrota da esquerda representada pelo PT, agora se pode ler com maior plausibilidade explicativa a lógica subjacente ao voto no segundo turno da eleição presidencial de 1989.

É que, em 1989, a percepção da viabilidade eleitoral da esquerda viu-se reforçada com a passagem de Lula para o segundo turno. Aquele dramático fim de campanha acabou por deixar sequelas profundas não só nas cadernetas de poupança, mas também no equilíbrio psicológico das classes médias e alta. Passado mais de um ano daqueles acontecimentos, o leitor pode achar que estamos exagerando. Mas basta lembrar o famoso "efeito estrela", que jogou o dólar paralelo na lua e as declarações de que 800 mil empresários abandonariam o país caso Lula ganhasse. Poderíamos ainda lançar mão de muitas outras declarações e manchetes de jor-

nal para refrescar a memória. É difícil voltar àquele clima. Para avaliar a dimensão do pânico que tomou conta dessas camadas, nada melhor que o testemunho de um de seus meninos-prodígio, o jovem empresário Ricardo Semler, em entrevista recente a *Isto É/Senhor*:

O susto nos dez ou quinze dias anteriores à votação foi uma coisa dramática. O desespero dos empresários foi imenso ao imaginar que o Lula poderia ser eleito. [...] A única história de que eu lembro especificamente foi de uma família amiga da nossa família, que já tinha remetido, via Metropolitan [empresa de mudanças], todos os seus móveis, tapetes etc. para o exterior. E se era um caso extremo ou não, eu não sei. Agora, passado aquele momento, todo mundo vê isso como uma anedota, mas naquela época, naqueles quinze ou vinte dias anteriores à eleição, o medo dessa parcela da sociedade, que inclui os empresários, era uma coisa impressionante, e estava aumentando drasticamente. Quando o Collor assumiu, grande parte dos empresários, muito aliviados, estava disposta a aceitar praticamente qualquer coisa, até pancada. (Isto é / Senhor nº 1111,9 de janeiro de 1991)

Isto ajuda a explicar mais um fenômeno interessante na última eleição paulistana: a degradingolada do voto tucano nesses setores ² no curto espaço de um ano. O fenômeno é intrigante pela sua magnitude. Entre 1989 e 90, Mário Covas viu seu eleitorado encolher em mais de vinte pontos percentuais na AH 1. No primeiro turno da eleição presidencial ele havia recebido o voto de 31,9% dos paulistanos e 39,9% dos eleitores dos bairros mais ricos (ver *Tabela 7*). Um ano depois, seu desempenho caía para 17,8% no total da cidade, mas a queda maior do voto de Covas foi mesmo na AH 1, onde literalmente despencou de 39,9% para 19,4% (ver *Tabela 3*).

Tabela 7 — Eleição de 1989. Resultados do primeiro turno da eleição para presidente da República por Áreas Homogêneas do Município de São Paulo (em %).

Área Homogênea	Covas	Maluf	Collor	Lula	Afif
AH 1	39,9	21,9	15,5	7,9	7,3
AH 2/3	29,0	29,8	14,9	14,6	4,1
AH 4	32,7	24,5	16,5	14,9	3,1
AH 5	29,3	19,0	19,7	19,9	2,2
Total da Capital	31,9	23,4	17,0	15,2	3,9

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Ao apoiar a candidatura de Lula (PT) no segundo turno, decisão supostamente dentro da lógica dos campos de força da política partidária, Mário Covas e seu partido, o PSDB, não poderiam imaginar que estavam

(2) "O perfil do eleitorado de Covas, por sua vez, é o inverso do de Collor (em 1989). Embora tenha vencido a eleição na cidade em 1989, inclusive na periferia, Covas apresenta tendência inversa a de Collor, ou seja, tem índices mais altos nos bairros mais ricos. Naquilo que foi possível observar diretamente, sem instrumental analítico como surveys específicos na cidade, tendemos a encontrar o eleitorado típico (...) de Covas na área 1." (Singer, 1990, pp. 148-149)

dirigindo contra si boa dose da adrenalina que passou a correr nas veias desses setores médios e de elite, naqueles decisivos dias de 1989 em que estiveram com o coração na mão. Não tivesse havido essa experiência tão marcante do pânico de classe nesses ambientes, justo no momento em que o PSDB se coligava com o PT, certamente teria sido outra a sorte de Covas um ano depois. E sem sombra de dúvida também seria outra a sorte de Maluf nas urnas da capital em 1990 e, por conseguinte, outro que não este de agora o perfil do eleitorado conservador em São Paulo. Nesses setores da sociedade paulistana, no mesmo intervalo de tempo a trajetória de Paulo Maluf foi simetricamente inversa à de Mário Covas: Maluf pulou dos 21,9% aí obtidos em 1989 para 45,3% no primeiro turno de 1990. O salto é impressionante.

Como, aliás, é impressionante registrar flutuações do eleitorado tão pronunciadas e em tão breve tempo. Lealdade e consistência, fidelidade e enraizamento, estabilidade e hábito arraigado, apego e coerência fazem cada vez menos parte do comportamento eleitoral *normal* dos estratos médios superiores, mais bem instalados na cidade e mais bem informados. Aí, tudo faz crer que a mudança é que passa a ser a norma, a única regra a vigorar. Os criadores da campanha de Maluf em 90 captaram isto genialmente, ao pôr na boca do candidato esta confissão que soava como um dever-ser: "eu mudei!". Se a prática seguida de eleições diretas com voto secreto — de 1985 a 90 foram cinco eleições em seis anos — tem servido para mudar alguma coisa na vida política deste país, é para mudar o próprio comportamento eleitoral, tornando-o *mutável* para um número cada vez maior de eleitores. É sobretudo neste sentido que a conjuntura eleitoral que encerra a década de 80 se nos afigura uma conjuntura *matricial* em termos de conduta eleitoral. Estamos, tudo indica, em franco processo de produção acelerada e ampliada do eleitor volátil.

Isto aumenta a importância da própria campanha eleitoral como fator explicativo do voto, reforça o peso da conjuntura e "enche a bola" do *marketing* político. Neste sentido, valeria a pena, se houvesse espaço neste artigo, analisar as duas últimas campanhas de Maluf. Porquanto, paralelamente as tendências mais sociológicas de mudança que procuramos identificar em seu(s) eleitorado(s), Paulo Maluf empenhou-se numa reformulação de imagem que visava, para falar em jargão marketeiro, "reposicionar seu conceito" na mente do eleitor. Embora sem abandonar a questão da segurança, sua estratégia de *marketing* passou, de um lado, a apelar para sua competência, eficiência, laboriosidade, modernidade e assim por diante e, de outro, a interpelar a simpatia/compaixão das pessoas com seu lado humano do tipo "eu mudei", "amo São Paulo", "também sou discriminado", "minha campanha é limpa e bem-educada", "no passado tratei mal os professores, reconheço"... Tudo isso ajudou a diminuir os custos do voto num político com a imagem tão carregada de fantasmas do passado como ele. Evitou questões polêmicas, diminuiu sua taxa de rejeição, bem como envolveu num halo de modernidade e legitimidade um voto até então envergonhado. E, ao encontrar no eleitor a predisposição

a mudar em relação a seu último voto, despertou nele a disposição de experimentar a nova fórmula de um velho produto. E, além de tudo, a custos bem menores que antes.

Conclusão: conservador, porém volátil

Nossa primeira hipótese sobre a situação do eleitorado paulistano no atual momento histórico é a da existência de duas tendências, ambas encavaladas ou pelo menos "intersectadas". Esta mistura de tendências é variável, claro. Aparece em proporções diferentes e em diferentes combinações nos diversos estratos do eleitorado da metrópole, mas é mais forte nos setores sociais médios e superiores moradores dos bairros mais ricos. As duas tendências seriam: (1) uma acentuada (e empiricamente evidente) tendência à direitização, ao mesmo tempo em que (2) um sério pendor para a volatilização do voto.

Nossa segunda hipótese é que a volatilização crescente do voto encontrou na conjuntura pós-89 — e pós-89 aqui significa pós-"queda do muro de Berlim", pós-"grande medo de 1989" (para nomear à moda de Georges Lefebvre o medo pânico do "Lula lá" que tomou conta das elites e do *Mittelstand* paulista e paulistano no segundo turno da eleição para presidente), pós-vitória do deslumbrado neopopulismo antiestatista e da vulgata neoliberal, ao mesmo tempo que, não esquecer, pós-primeiro ano da difícil gestão petista de Erundina na prefeitura de São Paulo — condições favoráveis a uma candidatura historicamente de direita junto aos eleitores metropolitanos de classe média e alta.

E, por último, nossa terceira hipótese é que a tendência à fruição do voto volátil, desestruturante das lealdades ideológicas, partidárias, religiosas, comunitárias etc., sendo mais estrutural sociologicamente, é mais provável que venha a prevalecer sobre uma eventual fidelidade eleitoral majoritária e de mais longa duração à(s) direita(s) e a seus avatares. Cabe lembrar que, quando se está falando de volatilidade do voto, não se está querendo apenas dar outro nome à idéia de alternância no jogo democrático; é algo historicamente mais recente que está em formação, algo emergente até mesmo nas democracias mais sólidas do Ocidente. Um fenômeno bem novo, que aponta mais no sentido do comportamento do eleitor e de seu processo individualizado e individualizante de escolha e de formação de preferências, do que no sentido do resultado agregado dessas escolhas infieis, resultado que tanto pode ser a alternância como a permanência das mesmas forças políticas nos cargos de governo. Daí nossa segunda hipótese, acima enunciada, que avalia como conjuntural a migração do voto volátil para a direita. Hoje estão juntas, coligadas, uma direita tradicional, *que permanece*, e uma que flutua. De todo modo, porém, a predominar a tendência à individualização da escolha do eleitor em detrimento de quaisquer lealdades grupais — e esta parece ser a lógica inexo-

REFERÊNCIAS
Hirschman, Albert. (1973) *Saída, Voz e Lealdade. Reações ao declínio de firmas, organizações e estados*. São Paulo, Perspectiva.

Lamounier, Bolívar. (1983) "São Paulo: A Geografia do Voto". *Folhetim*, suplemento da *Folha de S. Paulo*, 30 de janeiro, pp. 6-7.

Pierucci, Antônio Flávio. (1986) "Um Toque de Classe, Média Baixa". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 14, fevereiro.

———. (1987) "As Bases da Nova Direita". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 19, dezembro, pp. 26-45.

———. (1989) "A Direita Mora do outro Lado da Cidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 4, nº 10, junho, pp. 44-64.

Pierucci, Antônio Flávio & Prandi, Reginaldo. (1989) "Migrante Vota Diferente? O Caso da Eleição para a Prefeitura de São Paulo em 1988". *Travessia, Revista do Migrante*, ano II, nº 5, setembro-dezembro, pp. 5-13.

Singer, André. (1990) "Collor na Periferia: A Volta por Cima do Populismo?" *In*: Lamounier, B. (org.). *De Geisel a Collor: O Balanço da Transição*. São Paulo, Editora Sumaré, pp. 135-152.

Souza, M. Tereza Sadek R. de. (1986) "A Trajetória de Jânio Quadros". *In*: Lamounier, B. (org.). *1985: O Voto em São Paulo*. São Paulo, IDESP, pp. 66-88.

Flávio Pierucci é coordenador da pós-graduação em sociologia da FFLCH da USP e membro do Conselho Editorial de *Novos Estudos Cebrap*. Já publicou nesta revista "As Bases da Nova Direita" (Nº 19). Marcelo Coutinho de Lima é mestrando em sociologia da FFLCH da USP.

rável de um sistema eleitoral que passa a funcionar crescentemente nos moldes de um *mercado político*, no qual o voto se torna a manifestação de uma preferência de momento entre consumidores vorazes de produtos diferentes — não há nenhuma razão *a priori* para se pensar que, para as esquerdas, a guerra travada dentro dos limites institucionais da democracia representativa esteja perdida.

"Experimente Suplicy", anunciava o PT em 1985. "E por que não Maluf com Suplicy?", pode ter pensado o descontraído *bricoleur* e antropofágico eleitor-consumidor dos Jardins e redondezas em 1990, "por que não?"

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 29, março 1991
pp. 10-27

RESUMO

Os autores analisam neste artigo o grande crescimento do voto malufista na cidade de São Paulo entre 1986 e 1990. Tradicionalmente, o *basic vote* da direita representada por Jânio e depois Maluf concentrava-se, sociologicamente, nos estratos médios inferiores e, geograficamente, nas áreas médias das zonas Leste e Norte, "o outro lado da cidade". Em seu movimento de expansão na capital paulista o eleitorado conservador, ao mesmo tempo em que se mantém forte em seus redutos históricos, espalha-se pelos bairros elegantes das zonas Centro, Oeste e Sul, a "área nobre" de São Paulo, incorporando assim nas bases de voto do malufismo uma boa fatia dos setores médios superiores. Os autores privilegiam as eleições de 1988 e 89, que mostraram a viabilidade eleitoral do PT, como catalisadores desta expansão socialmente ascendente do voto conservador. Levantam a hipótese de que, sendo esse tipo de voto uma escolha estratégica, não está garantido que esses novos contingentes que vêm votando na direita lhe permaneçam fiéis.